

“No tempo do SPI”: proteção e indianidade entre os povos indígenas de Oiapoque

“In the times of the SPI”: protection and indianity amongst the indigenous people of Oiapoque

Carina Santos de Almeida¹

Leônia Ramos Oliveira¹

Líliá Ramos Oliveira¹

DOI: <http://dx.doi.org/10.20435/tellus.v0i0.553>

Resumo: A controversa e contraditória “proteção tutelar” do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) marca a história e a trajetória de muitos povos indígenas no Brasil. Na região de Oiapoque, caracterizada pela condição de fronteira, os povos indígenas foram atendidos pela agência indigenista que instalou, a partir da década de 1940, dois postos indígenas – Posto Indígena Luiz Horta e Posto Indígena Uaçá –, contudo o sentimento de indianidade sobreviveu às práticas indigenistas e, nos tempos hodiernos, emerge como potencialidade histórica. A perspectiva da história crítica e “vista de dentro” possibilita que novas abordagens contribuam para que a narrativa indígena se consolide como um campo disciplinar sensível, revelador e significativo para a discussão historiográfica. Assim, este artigo se propõe a problematizar a compreensão da história indígena regional, em um contexto situado da Amazônia setentrional, ao mesmo tempo em que aborda as instâncias da “proteção” da agência indigenista e da “indianidade” entre os povos indígenas de Oiapoque.

Palavras-chave: povos indígenas; Oiapoque; SPI; proteção tutelar; indianidade.

Abstract: The controversial and contradictory “tutelary protection” of the Indian Protection Services (SPI) marks the history and trajectory of many indigenous peoples in Brazil. In the Oiapoque region, characterized by the frontier condition, indigenous peoples were served by the indigenous agency that installed two indigenous posts in the 1940s- Luiz Horta Indigenous Post and Utaca Indigenous Post- but the indianity sentiment survived the indigenist practices and in modern times emerges as a historical potentiality. From a critical history perspective and looking “from within” allows new approaches to contribute to the consolidation of the indigenous narrative as a sensitive, revealing and significant disciplinary field for the historiographic discussion.

¹ Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Macapá, Amapá, Brasil.

Thus, this article proposes to problematize the understanding of the regional indigenous history, situated in the context of the northern Amazon, at the same time as it addresses the instances of “protection” of the indigenist agency and the “indianity” amongst the indigenous peoples of Oiapoque.

Keywords: indian peoples; Oiapoque; SPI; protective tutelage; indianity.

1 INTRODUÇÃO

O século XX inaugurou, na “história do Brasil”, um conjunto de novas práticas indigenistas de Estado delegadas aos povos indígenas e caracterizadas por serem tão complexas quanto distintas dos tempos coloniais. Este artigo visa problematizar a “assistência” e a “proteção tutelar” implementadas pelo Serviço de Proteção aos Índios (SPI), no extremo norte do Brasil, e aborda a presença e atuação da agência indigenista para atender os povos indígenas de Oiapoque a partir da criação, na década de 1940, de duas unidades locais: o Posto Indígena de Fronteira e Vigilância Luiz Horta e o Posto Indígena de Educação e Nacionalização Uaçá.² Fundamentada nos princípios da assistência e nacionalização, a “proteção tutelar” permitiu que inúmeros povos fossem identificados, localizados, atraídos e aldeados bem como organizados e atendidos por unidades locais responsáveis por “transformar o índio num índio melhor”, máxima filosófica rondoniana imposta pela agência. A perspectiva do “melhor” empregada aos ameríndios pertence ao contexto do colonialismo e desconsidera completamente os modos de vida dos reconhecidos povos originários.

Oiapoque trata-se de uma região de fronteira onde vivem e circulam povos diversos como Karipuna, Palikur-Arukwayene, Galibi (Marworno), Waiana, Wajãpi, Teko, falantes de distintas línguas, em constantes relações de reciprocidade entre si e com a sociedade guianense-caribenha. Nessa condição, a presença do poder tutelar na Amazônia setentrional garantiria a “proteção” e “assistência” aos

² Este artigo é uma versão revista em algumas partes e aspectos da comunicação e apresentação de trabalho-texto “Mas que tipo de proteção era essa?! Os povos indígenas de Oiapoque e o Serviço de Proteção aos Índios”, realizada no XXIX Simpósio Nacional de História da Associação dos Pesquisadores de História (ANPUH), ocorrido entre 24 a 28 de julho de 2017, na Universidade de Brasília (UnB), no Simpósio Temático 59: História Indígena, Etno-história e Indígenas Historiadores: experiências descolonizantes, novas abordagens, sujeitos e objetos, coordenado pelos professores Dr. Jorge Eremites de Oliveira (Universidade Federal de Pelotas) e Dra. Jane Beltrão (Universidade Federal do Pará).

nativos, o almejado controle geopolítico transfronteiriço e a consequente “integração” desses ameríndios como contingentes sociais nacionalizados, uma vez que a região de Oiapoque faz parte de um litígio secular entre França e Portugal e, posteriormente, entre França e Brasil, encerrado em 1900 com arbitragem favorável aos brasileiros.

A historiografia regional não se debruçou apropriadamente sobre a história indígena, indicando que este tema de pesquisa se apresenta ainda pouco explorado e aberto para a construção de novas abordagens e elementos para a história regional. O artigo aqui proposto foi desenvolvido a partir do relatório do projeto de pesquisa “‘Proteção tutelar’, ‘assistência’ e ‘integração’ dos índios à sociedade nacional: estudo comparativo da atuação da agência indigenista do SPI entre os povos indígenas do Brasil meridional e setentrional”, no âmbito do curso de Licenciatura Intercultural Indígena (CLII), da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Campus Binacional Oiapoque; assim sendo, visa problematizar algumas situações vivenciadas no tempo do SPI pelos povos indígenas de Oiapoque, bem como apresentar a perspectiva indígena de “dentro” da história ao expor os significados da “proteção tutelar” para aqueles que possuem os vínculos de pertencimento, especialmente para as coautoras do artigo.

No decorrer do referido projeto, as coautoras, indígenas da etnia Karipuna, discentes da Intercultural Indígena e bolsistas de iniciação científica, envolveram-se na leitura, organização, sistematização e análise dos documentos históricos referentes ao acervo do SPI da região de Oiapoque e gentilmente disponibilizados pelo Museu do Índio/Fundação Nacional do Índio, Rio de Janeiro. O distanciamento que parece um divisor teórico-metodológico disciplinar tão inerente e recorrente ao trabalho do historiador, aqui deixou definitivamente de existir, pois as coautoras se depararam com situações históricas descritas nos documentos e que reverberam nas lembranças compartilhadas pelos familiares e antigos da Aldeia Manga, Terra Indígena Uaçá. Essas memórias irromperam como latência e possibilitaram a emergência de outras percepções e abordagens sobre a “proteção tutelar” entre os povos indígenas de Oiapoque, como a indianidade em face do processo “civilizador” imposto pelo indigenismo brasileiro.

2 CONSIDERAÇÕES SOBRE O INDIGENISMO BRASILEIRO NO SÉCULO XX

Existem poucos estudos sobre os povos indígenas de Oiapoque no âmbito da história indígena regional, contudo há significativos trabalhos publicados e relacionados com a questão de fronteira e do “contestado franco-brasileiro” que envolveu Brasil e França num litígio até o ano de 1900. Quando se refere aos povos indígenas, o fazer historiográfico geralmente foi promovido por pesquisadores oriundos da Antropologia, os quais contribuíram sobremaneira para a compreensão da diversidade ameríndia regional, trazendo elementos para a discussão das alteridades nessa histórica fronteira do país, por outro lado, tais estudos não permitem entender com maior vivacidade os contextos e cenários da “proteção tutelar” nessa região.³ Os estudos antropológicos não se debruçaram satisfatoriamente a escrever, a partir da análise histórica dos documentos, sobre a relação entre povos indígenas de Oiapoque e as práticas implementadas pelas agências indigenistas. Nessa perspectiva, evidenciamos uma lacuna historiográfica acerca das situações contraditórias e das formas próprias de resistência, relações estabelecidas com o pretense “indigenismo” rondoniano-varguista e com o nascente nacional-desenvolvimentismo.

Quando visitamos as diversas aldeias indígenas e indagamos sobre a história e o “passado”, é recorrente nas narrativas de muitos povos emergir a palavra “SPI”, geralmente são os mais velhos que expõem suas memórias sobre o “tempo do SPI” e revelam as formas de atuação promovidas pela agência entre o seu povo. São histórias e memórias que estão envolvidas pelo sentimento de saudosismo próprio de quem recorda, mas também são memórias que manifestam, através de palavras ou do silêncio, as múltiplas violências física e simbólica impostas pelos não indígenas em nome da “proteção tutelar”. Em nossos estudos de história indígena regional, promovidos na Licenciatura Intercultural Indígena (CLII), tornou-se fundamental compreender as situações vivenciadas pelos povos indígenas de Oiapoque para podermos problematizar o “indigenismo” situado nessa fronteira. Assim, apesar de, num primeiro momento, nossos estudos e pesquisas terem se dedicado à leitura, organização e análise dos documentos, e não exatamente à

³ Podemos citar diversos pesquisadores que contribuíram para a promoção de estudos sobre os povos indígenas no âmbito, sobretudo, da Antropologia, como: Nimuendajú (2001); Assis (1981); Vidal (2001; 2007; 2009); Tassinari (2001; 2003); Tassinari e Cohn (2012); Gallois e Grupioni (2003); Gallois (2005); Capiberibe (2004; 2007); entre outros.

“história oral” e à “história de vida”, as indígenas coautoras deste artigo trouxeram para suas análises históricas as memórias familiares e pessoais herdadas do processo de transmissão geracional, delegando significado e atribuindo outras interpretações sobre a “proteção tutelar”⁴.

Não consiste novidade no campo da história que as políticas indigenistas brasileiras promoveram a inserção duvidosa e forçada dos povos indígenas aos modelos de Estado. As novas estratégias de tratamento aos ameríndios introduzidas no século XX nas relações de contato e assistência tiveram, no elemento “fraternal”, significados muito distintos dos tempos anteriores. A “tutela” proposta por Marechal Cândido Rondon com a criação de uma agência específica, o SPI em 1910⁵, tinha por finalidade prestar “proteção” e “assistência” aos “índios” por meio do contato, atendimento e instalação de postos nos sertões, confins da interlândia e das fronteiras brasileiras. Contudo os rumos da “proteção tutelar” se transformam com o distanciamento de Rondon do SPI e com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, à medida que houve a adoção de novos modelos político-econômicos pautados no nascente nacional-desenvolvimentismo.

A atuação do “indigenismo” brasileiro do SPI apresentou semelhanças na mesma medida em que se mostrou distinto nas regiões do país, seja em virtude da diversidade ameríndia, dos diferentes biomas e dos contextos regionais que impuseram formas próprias de intervenção. Podemos caracterizar o conceito “indigenismo” como um conjunto complexo de práticas macroestruturais, composto por distintos dispositivos de ações e tratamentos delegados historicamente aos povos indígenas no Brasil, o qual buscou conduzir e fixar os ameríndios em suas terras como forma de ocupar e manter o território nacional, o controle social e instituir a lógica da produção, produtividade e do extrativismo.

Através de suas agências ou órgãos responsáveis por conduzir as práticas aos ameríndios, o “indigenismo” na história do Brasil visou orientar, conduzir e nortear as políticas indigenistas e a legislação sobre os índios adotadas pelo Estado.

⁴ O acesso ao acervo do SPI foi realizado por intermédio da linguista e professora Dra. Gelsama Mara Ferreira dos Santos, do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena, a quem agradecemos pelo acesso ao conjunto documental disponibilizado ao projeto.

⁵ Quando da sua criação, no ano de 1910, o órgão indigenista chamava-se originalmente Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPITLN). A partir de 1918, passou a se chamar apenas Serviço de Proteção aos Índios (SPI).

Podemos citar, como exemplos de agências indigenistas que atuaram ao longo do século XX, o SPI (1910-1967) e a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) (desde 1967), ambos compostos por suas unidades regionais e locais dispostas em suas microinstâncias de intervenção (FREIRE, 2011; GAGLIARDI, 1989; ROCHA, 2003).

Os postos indígenas do sul do Brasil se direcionaram, em grande parte, ao desmatamento com a venda de madeira para gerar espaço à produção e produtividade agrícolas, com a introdução do soja na década de 1950, enquanto os postos indígenas do norte tiveram dificuldades na consolidação logística e pautaram-se prioritariamente na “atração” e “assistência” de povos, na “nacionalização” da fronteira, no extrativismo vegetal, mineral ou animal e, em alguns casos pontuais, houve posteriormente o desmatamento para a introdução da produção agrícola. Entre os povos de Oiapoque, a definitiva implementação dos postos indígenas encontrou dificuldades e empecilhos de diversas ordens ao mesmo tempo em que contribuiu para reescrever a história desses povos numa região de fronteira.

3 A HISTÓRIA “VISTA” DE DENTRO: PERSPECTIVAS KARIPUNA SOBRE A PROTEÇÃO TUTELAR

A pesquisa em história tradicionalmente se dedica às análises documentais, mas não somente à medida que outras metodologias revelam possibilidades singulares de análise histórica, como a etnografia, a história de vida, a oralidade e a história oral. Durante o desenvolvimento da análise dos documentos do SPI, depositados no acervo do Museu do Índio/FUNAI/RJ, percebemos que uma contribuição importante e emergente no decorrer das pesquisas foram as perspectivas de abordagem apresentadas pelas coautoras. Como indígenas e universitárias, ambas trouxeram outros elementos para a compreensão da história regional, revelaram histórias de vida de seu povo que não estão registradas em nenhum documento, apresentando novas interpretações sobre a atuação da “proteção tutelar”.

As memórias sobre o SPI entre os povos indígenas de Oiapoque estão submersas num passado recente, boa parte da população das aldeias já ouviu falar neste órgão e, muitas vezes sem saber, sofre os efeitos decorrentes das práticas tutelares regionais implantadas, como a introdução da educação escolar, com a instalação de escolas, e a imposição da língua portuguesa que contribuiu para o esmaecimento da língua materna entre os Galibi-Marworno e, sobretudo, entre os

Karipuna, conforme destacam as coautoras. A narrativa das pesquisadoras indica que há muito a ser pesquisado entre os povos indígenas regionais, as sinuosidades da história afloram nas memórias das jovens pesquisadoras como também nas reminiscências dos mais velhos com quem conversamos nas aldeias. Necessitamos que as pesquisas em história indígena promovam o desenvolvimento de variadas metodologias, como a oralidade e a história oral, pois, entre os povos ameríndios, o poder da fala, o saber e o conhecimento presentes na transmissão geracional, assim como as memórias e narrativas, conseguem fazer emergir a perspectiva da história a partir de outros ângulos de análise.

3.1 A (re)escrita da história: quando o presente enfrenta o passado

Sou indígena Karipuna, me chamo Leônia Ramos Oliveira e, ao longo do meu curso de graduação, que visa à formação de professores-pesquisadores, tive a oportunidade de pesquisar e estudar acontecimentos registrados nos documentos de história, sobretudo os concernentes à região de Oiapoque. Tais estudos me possibilitam compreender as formas como o SPI atuou em Oiapoque e quais foram os objetivos da agência no contexto do indigenismo. Nesse sentido, pude compreender como a agência procurou fazer do indígena um “trabalhador rural” que produz em quantidade e como procurou nacionalizar os povos indígenas para que estes se tornassem cidadãos brasileiros, afinal, corria-se o risco de a Guiana Francesa tomar posse desse território, uma vez que estava, enquanto Estado, mais próxima dos indígenas. A nacionalização foi necessária aos olhos dos governantes da época para que o território se consolidasse brasileiro. Nesse sentido se explica o fato de proibirem a nós, povos indígenas, falar a língua materna e de nos imporem o português. Infelizmente, muitos desses episódios históricos são realmente repulsivos.

No passado – que no tempo histórico não consiste em um tempo tão pretérito assim –, nós indígenas vivenciamos situações que se originaram da atuação do SPI. As “formas” de vigilância e punição que vigoram entre nós até hoje foram práticas impostas pela agência e tiveram, inclusive, “certa” concordância e cooperação das comunidades. Muitas dessas práticas, como o “kubahí” – instrumento de madeira utilizado para imobilizar os indígenas que cometem alguma (infra) ação na aldeia – foram incorporadas em nossas vidas, mas a despeito disso, tal não significa que deixamos ou deixaremos de existir ou de sermos propriamente

indígenas. Em nossa trajetória histórica, o povo Karipuna “adquiriu” a língua Kheuól em detrimento da língua materna originária, exemplo singular que nos alerta a estarmos atentos aos acontecimentos da atualidade, para que outras práticas externas e exógenas sejam elas promovidas pelo Estado ou não, não venham a se repetir e a promover outros “impactos” socioculturais.

Acessar o conhecimento e a consciência histórica, bem como revitalizar as memórias e lembranças do passado são ações que nos possibilitam encarar o futuro ao mesmo tempo em que nos instrumentalizam para atuar como professores-pesquisadores intervenientes em nossas aldeias e comunidades. No tempo do SPI, o indigenismo brasileiro utilizou a escola para nos influenciar e nos atingir. Agora pretendemos fazer da escola um espaço de afirmação de nossa identidade, onde se ensina e aprende sobre o nosso povo. Desejamos que a escola contribua para a revitalização dos saberes e conhecimentos, delegando outros objetivos a instituição escolar que, no tempo do SPI, impôs, de forma profunda e equivocada, o processo de “nacionalização”.

Quando comecei a estudar sobre o SPI, percebi na pesquisa uma possibilidade de encontrar respostas que explicassem as influências culturais que sofremos, inclusive, para entender profundamente as causas e consequências das práticas indigenistas que marcaram a vida dos nossos indígenas. Por outro lado, quando analisamos e percebemos que nossas famílias indígenas poderiam não existir se um funcionário do posto não tivesse se envolvido com um ou uma indígena, deparamo-nos com um sentimento ambíguo interno, divididos em meio aos fatos. Sentimos a necessidade de entender essas duas faces da mesma história que, em algum momento, foram essenciais para a formação de algumas famílias aqui na aldeia. Assim, inequivocadamente devemos encarar a realidade de ser “parente” de um funcionário do SPI.

Essa situação foi confirmada comigo durante os meus estudos, muitas pessoas não sabem sobre esses envolvimento, mas descobri que um dos funcionários do Posto Uaçá, o senhor Djalma Limeira Sfair, é irmão do meu avô materno chamado Luiz Bento. A partir dos relatos de meu avô, recordo-me que ele costumava dizer que Djalma o havia convidado para vir ao Uaçá, mas ele não sabia onde ficava. Djalma teve filhos e netos indígenas também, assim como meu avô e, quando observamos as práticas, vemos que esses envolvimento não eram banais e misturam-se com a nossa história mais íntima.

Noutro sentido, sinto um desconforto imenso quando analiso certos documentos históricos. No Relatório dos trabalhos executados de janeiro a setembro de 1944 no Posto Indígena Uaçá, escrito pelo encarregado do posto chamado Raimundo Fernandes de Paes Ramos, sob a supervisão de Eurico Fernandes⁶, o agente Raimundo apresentou o valor da produção e, logo em seguida, afirmou que os índios “nada produziam”, viviam uma “vida irregular”, “praticando furtos entre si e na maior “miséria”⁷. Assim, indago-me: o que essas palavras querem de fato anunciar?! Como podem afirmar que o indígena naquela época não produzia nada?! Revolto-me com tal afirmação, pois sempre produzimos para a nossa subsistência, para o consumo próprio, por mais simples que fossem nossas vidas, (sobre)viver com o suficiente não significa o mesmo que ser “miserável”. Se os indígenas descritos no documento estavam vivendo em condições de miserabilidade era porque as influências do mundo dos não-índios haviam chegado até nós e rompido com nossa liberdade e autonomia, inclusive em termos de ecologia humana. Mas isso não significou não sermos mais indígenas. Estamos aqui hoje para (re)afirmar continuamente isso.

A pesquisa ajuda a (re)conhecer e a (re)escrever a história do meu povo, sobretudo para registrar as formas como fomos envolvidos e como participamos desse processo questionável de “submissão”. A “proteção tutelar” atingiu nossas vidas e causou impactos incomensuráveis ao impor a “subordinação” ao Estado brasileiro através do SPI. Houve muitas imposições culturais que atingiram visceralmente o meu povo, assim como os outros povos regionais. Fomos, juntamente com os Galibi-Marworno, influenciados no uso da língua crioula, o Kheuól, enquanto os Palikur mantiveram a língua própria deles, o Parikwaki. Isso exemplifica como fomos atingidos por diferentes ideias e ações e que, nem sempre, chegamos a ser envolvidos da mesma forma na relação com os não indígenas.

Temos consciência de que as práticas tutelares ajudaram a desorganizar a vida política e social em nossa aldeia e mudaram as formas próprias de conduzir as comunidades. As ideias de “civilizar” e “nacionalizar” em certa medida nos envolveram, contudo nós, povos indígenas, estabelecemos fortes laços culturais.

⁶ Microfilme 0092, documentos 01839 – 1841, Museu do Índio/FUNAI, Rio de Janeiro.

⁷ “Isto produzido por tribos que, até três anos atrás, nada produziam, vivendo uma vida irregular praticando furtos entre si e na maior miséria.” (Microfilme 0092, documentos 01840, Museu do Índio/FUNAI, Rio de Janeiro.)

Paulatinamente estamos ressurgindo a partir de saberes que ainda estão presentes nas lembranças que, de forma superficial, pareciam esquecidos. Temos muita força de vontade e considerável vigor espiritual.

Por muito tempo fomos tutelados pelo indigenismo, pelo Estado e pelo SPI, impelidos pela ideia de nacionalização, proibidos de falar a nossa própria língua na escola, impedidos de praticar nossos rituais, mas agora somos incentivados e incentivadores em nossa aldeia de um movimento que fortaleça a cultura de nossas etnias, somos autores e escritores de nossas próprias histórias.

3.2 Entre o passado doloroso e o presente devir

Para mim, Lilia Ramos Oliveira, falar sobre a atuação do SPI é como voltar ao passado, voltar à história que ainda está viva na memória de muitos antigos e nas narrativas de nossos sábios indígenas. Hoje, temos consciência que o SPI foi responsável pela disseminação de “influências” socioculturais aos vários povos indígenas no Brasil. O promulgado modo de “civilizar” impôs inúmeras práticas maldosas contra os indígenas, sujeitando-nos de maneira submissa e subserviente. Assim, quando reflito sobre a palavra “proteção”, meu pensamento busca o sentido disso no passado do meu povo e no passado de outras etnias.

Não foram somente os Karipuna que passaram pelo processo de “integração”, mas todos os povos originários no Brasil. Sendo assim, percebo que de fato nunca houve “proteção”, esta palavra existia somente no papel. Na prática, de todo, nunca se concretizou. Sabemos que os nossos direitos como indígenas nunca foram respeitados e nem protegidos pela sociedade envolvente. É muito frustrante aceitar esse tipo de “proteção”, uma proteção que não protegia, mas que assaltava, massacrava e punia muitas vezes os indígenas como se fossem “seres encurralados” nos confins da interlândia brasileira. Essa pretensa “proteção” tirou de nós a liberdade e a autonomia, nos forneceu em troca a escravização, assaltou nossos elementos mais preciosos, como costumes, línguas, crenças, danças, rezas, assopros, cânticos, entre tantos outros.

Estudar as práticas indigenistas impostas pelo SPI aos povos indígenas de Oiapoque manifesta em mim, assim como ao meu povo, uma ação-reação de singular importância. Compreender em que medida meu povo vivenciou e porque atualmente eu, como indígena da etnia Karipuna, não falo minha língua

materna fluentemente, se traduz em significado muito maior porquanto faz parte da minha história, e não apenas da história dos outros. Tenho noção do quanto foi forte a (re)pressão sobre os indígenas. É sensível para mim, como indígena, falar sobre esses fatos, porque, embora não se queira narrar, é a sua história, é o passado do seu povo e, conhecer esse tempo silenciado e obscurantizado pela história regional tem significado pessoal. Minhas raízes foram plantadas nesse passado doloroso, onde muitos foram mortos, muitas mulheres violadas e violentadas brutalmente, inclusive, gerando consequências insuperáveis, seja pelo fato de engravidar, seja por serem contaminadas por doenças contagiosas.

Diante de toda essa situação, faço-me uma indagação: que tipo de proteção era essa que feria profundamente a integridade física e psicológica dos nossos indígenas? A Constituição Federal Brasileira de 1988 reconhece aos indígenas os direitos originários – dentre outros – sobre as terras que tradicionalmente ocupam, hoje, posso observar o quanto avançamos ao conquistar nossa autonomia, quando realizamos as nossas grandes Assembleias – fruto do movimento indígena –, quando lutamos pelos nossos direitos que no passado foram tirados pelo órgão do SPI. Sendo assim, finalizo minhas palavras dizendo que hoje nós, povos indígenas de Oiapoque, somos autônomos para decidir o que queremos em nosso presente e em nosso futuro.

4 A “PROTEÇÃO TUTELAR” ENTRE OS POVOS INDÍGENAS DE OIAPOQUE

Os povos indígenas de Oiapoque experienciaram, no decorrer do século XX, a inserção e a afirmação do indigenismo rondoniano-varguista em suas terras. Os documentos do SPI e do Conselho Nacional de Proteção aos Índios (CNPI) acusam que o órgão já circulava pela região de Oiapoque na década de 1930, através de uma “Ajudância”, que atuava nas cercanias de Oiapoque, sob a responsabilidade de Eurico de Melo Cardoso Fernandes, Inspetor XIX e agente da 2ª Inspetoria Regional do SPI sediada em Belém.

O SPI instalou nos anos 1940 dois postos indígenas ou unidades locais com o intuito de fortalecer os vínculos brasileiros numa região que, até o limiar do século XX, sequer poderia ser chamada de Brasil em consequência dos processos históricos originados do “contestado franco-brasileiro”. De forma sucinta,

devemos considerar que a região do rio Oiapoque faz parte de um largo território historicamente conhecido como “Guiana” ou “Guianas”, situado entre o delta do rio Orenoco, localizado na Venezuela, até o divisor de águas entre o rio Araguari e o rio Amazonas em sua margem esquerda. Assim, essa “Guiana brasileira”, da qual a região de Oiapoque faz parte, apresenta vínculos singulares ancorados numa diversidade histórico-cultural considerável e que circula entre a “creóle” e a caribenha, a indígena, a cabocla e a amazônica (ROMANI, 2010).

Sem a pretensão de discutir a questão do contestado franco-brasileiro, ação historiográfica já promovida por distintos pesquisadores, podemos dizer que esse episódio histórico se refere ao impasse de dominação territorial e política entre França e Brasil sobre a denominada “Guiana brasileira”; por sinal, tem suas origens numa disputa histórica entre franceses e portugueses assumida pelos brasileiros frente aos estranhamentos geopolíticos. Em 1900, se encerrou esse impasse regional com a arbitramento decisivo e favorável da Suíça ao Brasil, que passou desde então a ter plenos poderes sobre as terras situadas à margem direita do rio Oiapoque (RIO BRANCO, 2008).

Dentre os objetivos principais do SPI na região de Oiapoque destacamos o atendimento aos “índios” que habitavam as proximidades e adjacências do rio Oiapoque, atraindo e fixando-os no lado brasileiro, bem como promovendo a “proteção tutelar”, “assistência” e o estabelecimento da “nacionalização” da população ameríndia local e, como consequência, a garantia e segurança da fronteira nacional. O Estado brasileiro e o SPI decidem intervir entre os indígenas regionais sobretudo após os relatos da década de 1920 produzidos pelo etnólogo teuto-brasileiro Curt Nimuendajú e pela Comissão Rondon. Em viagem de campo em 1925, Nimuendajú afirmou que a população ameríndia Palikur que vivia nessa região estava “[...] em parte miscigenada e creolizada”, mas que “ainda conservava em essência a sua velha cultura”, e que havia além da população indígena do Uaçá, outra que era composta por “brasileiros indianizados do rio Curipi”, que não falava português e, sim, uma língua crioula local. O Estado e o SPI tinham consciência da importância de garantir a “brasilidade” desses povos bem como a de promover a segurança da “fronteira nacional” (NIMUENDAJÚ, 2001, p. 194).

O SPI foi a agência governamental brasileira responsável não somente pela “pretensiosa” proteção tutelar, mas também por “tentar” esclarecer as distinções

étnicas, nomear os povos e suas famílias linguísticas ou mesmo atribuir os parentescos étnicos e associações entre grupos. Os agentes do SPI, em grande parte oriundos do exército brasileiro ou da experiência no “desbravamento” dos sertões, deviam promover a atração, assistência e proteção de forma “fraternal”, conforme as orientações de Rondon, e realizar descrições e observações de cunho etnográficas capazes de contribuir para que a agência conhecesse a diversidade de “tribos” espalhadas pela interlândia brasileira e, nesse sentido, para que o SPI pudesse intervir de forma mais adequada.

A agência do SPI instalou duas unidades locais em Oiapoque, o Posto Indígena de Fronteira e Vigilância Luiz Horta, em 1941, e o Posto Indígena de Educação e Nacionalização Uaçá, em 1942. O PI Luiz Horta instalado na confluência do rio Muripi ou Marupi com o rio Oiapoque, portanto, no alto curso do rio Oiapoque, atendia aos povos Emerenhon ou Emerenhões, que hoje vivem apenas na Guiana Francesa e são reconhecidos como Teko, atendia aos Urukuainos ou Waianos, possivelmente uma corruptela escrita do povo Waiana e, esporadicamente aos Oiampi, mais conhecidos como Wajãpi. Enquanto o PI Uaçá foi instalado na confluência do rio Curipi com o rio Uaçá, bacia hidrográfica que integra o baixo rio Oiapoque, num local conhecido como Encruzo e que atendia aos povos Galiby, discernidos atualmente como Marworno, aos Palikur-lêne, nominados de Palikur-Arukwayene e aos Caripuna ou Karipuna.

A diversidade étnica regional em Oiapoque certamente foi um componente de difícil compreensão por parte do governo brasileiro e pela agência do SPI, causando confusões e reducionismos. O encarregado de fundar o Posto Indígena Luiz Horta, Elesbão Pitágoras de Freitas, em sua visita ao rio Uaçá e seus rios afluentes em 1941, informa, na carta direcionada ao chefe da 2ª Inspetoria Regional do SPI em Belém (IR2/SPI), José Maria da Gama Malcher, que “No Curipi não existe mais aldeia propriamente dito, e os índios ali residentes são apenas descendentes dos Jurunas antigamente ali aldeados, vivendo cada qual em sua barraca, espalhados pelas margens do Curipi [...]”. Em sua narrativa, o agente demonstra que está permeado pelas ideias que cercavam grande parte do imaginário brasileiro da época, a de que existem índios “puros” e índios “mestiços”⁸.

⁸ “[...] me foi apresentado o índio João antigo chefe dos Jurunas, sogro do Sr. Arcenio e um dos raros índios ainda puros do Curipi. Esse índio exerce a profissão de curador ou pagé, e a sua fama

Os mencionados índios “Jurunas” não encontram relação direta com tal etnicidade específica, por sinal, tais “índios” do Curipi fazem referência ao povo autorreconhecido como Caripuna ou Karipuna, descritos pela antropóloga Antonella Tassinari como “índios misturados” em face do “[...] padrão de alianças que valoriza aquelas estabelecidas com indivíduos ou famílias estrangeiras, inseridas na rede de parentesco através de casamentos ou de participação em redes de troca e cooperação mútua” (TASSINARI; COHN, 2012, p. 258). Portanto o que para os agentes da proteção tutelar significa o distanciar-se de ser índio “puro”, para a antropóloga consiste em elemento de reciprocidade e parentesco do povo, os Karipuna positivam a noção de “mistura”, pois o contrário disso seria o isolamento e o “viver como bicho do mato”.

As expressões escritas nos documentos do SPI, mas não somente como “tribu”, “puro”, “mestiço”, “civilizado”, “atrasado”, entre outras, fazem parte de contextos de desconhecimento acerca da diversidade ameríndia na história do Brasil. Na análise aqui problematizada, tais noções se apresentam constantemente em cartas, memorandos e relatórios dos agentes, chefes e encarregados da proteção tutelar pesquisados nos documentos, como no Relatório de Viagem do 1º Tenente Médico do Exército, da 1ª Cia do 3º Batalhão de Fronteira, Vila Militar de Clevelândia do Norte, Território do Amapá, em que o Dr. José Serur em julho de 1957, ao visitar a “Vila do Urucauá”, situada no rio Urukawa, acaba caracterizando o povo Palikur-Arukwayene como sendo na época os “índios mais atrasados da região”⁹.

Dentro desse pensamento questionável nos tempos atuais, haveria, na região de Oiapoque, “índios mais civilizados”, como os índios do rio Uaçá e do Curipi. Esse mesmo Relatório ressalta um componente que, desde a chegada do SPI na região de Oiapoque, mas também de Getúlio Vargas ao poder, passou a ser

neste mister atrai à sua barraca muita gente. Aí vimos duas crioulas vindas da Guiana Francesa para submeterem a tratamento de saúde.” (Carta 04/11/1941, Microfilme 0096, documento 01310, Museu do Índio/MI/FUNAI, Rio de Janeiro).

⁹ “[...] não tivemos muito o que ver. São índios atrasados, aliás, os mais atrasados da região. Entretanto podemos dizer o seguinte, os índios dessa Vila imploram a construção de uma Escola, o que até agora não foi possível ao Sr. Djalma realizar o sonho dos mesmos devido a falta de verba.” (Relatório de Viagem, julho de 1957, Microfilme 0379, documento 0328, Museu do Índio/MI/FUNAI, Rio de Janeiro).

elemento de ação da proteção tutelar entre os povos indígenas de norte a sul no país, a implementação da educação escolar ou, a construção de escolas entre os “índios” como forma de promover a “civilização” e a “nacionalização”. A atuação da escola ocorreu no Posto Uaçá como também no Posto Luiz Horta, conforme é possível acompanhar nos documentos da agência indigenista. Embora presente no Posto Luiz Horta, o número de estudantes na escola nunca foi expressivo, uma vez que a própria densidade ameríndia atendida pela agência nesse Posto nunca chegou a ultrapassar mais de trinta ou quarenta Emerenhon ou Waiano. No Posto Uaçá, a escola surgiu da ação promovida na década de 1930 pelo interventor do Pará no Amapá, Cel. Magalhães Barata, com a criação de duas unidades escolares, uma na Aldeia Santa Maria dos Galiby, entre o povo “mun uaçá” do rio Uaçá, e a outra na Aldeia Espírito Santo, para atender ao povo do Curipi. A “recepção das escolas” entre os povos do Uaçá não foi homogênea e, inclusive, essas escolas contribuíram para promover um reordenamento das aldeias indígenas do Uaçá, conforme explicam Tassinari (2001) e Nunes (2018). Dessa forma, uma das estratégias de atuação entre os povos indígenas do Oiapoque foi promover paulatinamente o fortalecimento da escola entre os “índios”.

O cartograma da IR2 de 1945 (Figura 1) apresenta a localização dos povos indígenas regionais, nominados como “tribos” nesse documento, com destaque para o Amapá. A figura mostra a “situação atual” de cada “tribo” segundo a categorização do SPI, assim, indica regionalmente como “pacificados” os Palikur, que foram anteriormente chamados de “atrasados”, assim como os Galiby, os Caripuna, os Emerillon e os Urucuanos, sendo que os Oiampy são apontados como “arredios”. Contudo chama atenção nessa figura o ponto de interrogação que aparece ao lado da “tribo” Caripuna, indicando que se refere a um grupo “não identificado pelo SPI” ou “mesclados”, adjetivo último que combina com a palavra “mestiço” que aparece noutros documentos da agência e inclusive está relacionado com as atribuições endógenas dos Karipuna conforme analisado por Tassinari (2003).

Figura 1 – Localização e situação dos povos indígenas do Amapá, Recorte do Cartograma da 2ª Inspetoria Regional do SPI, ano de 1945



Fonte: Freire (2011, p. 151).

A atuação da proteção tutelar do SPI se constituía, na prática, pela instalação de uma ou mais unidades locais direcionadas a atender suas funções e objetivos essenciais de criação e categoria. Dentre as categorias de postos, podemos destacar: a) Posto Indígena de Atração (PIA); b) Posto Indígena de Fronteira e Vigilância (PIF); c) Posto Indígena de Criação (PIC); d) Posto Indígena de Alfabetização e Tratamento (PIT); e) Posto Indígena de Assistência, Nacionalização e Educação (PIN). O Posto Indígena Luiz Horta trata-se de uma unidade de fronteira e vigilância,

essencialmente, enquanto que o Posto Uaçá se caracteriza por atender a assistência, a nacionalização e a educação. Contudo, ambos os postos de Oiapoque deveriam promover a “proteção tutelar” sob os auspícios da identidade brasileira.

4.1 O “indigenismo” no Oiapoque: o Posto Indígena Luiz Horta (PIF) e o Posto Indígena Uaçá (PIN)

Em setembro de 1941, a Ajudância de Oiapoque designa o encarregado do SPI, Elesbão Pitágoras de Freitas, para circular entre os povos indígenas regionais, no rio Uaçá e seus afluentes. Apoiado pela ajudante Maia, ambos seguem caminho em direção ao alto curso do rio Oiapoque para determinar “o local para a sede definitiva do posto” Luiz Horta “onde já está sendo feito a derrubada da mata”¹⁰. O Posto Luiz Horta funcionava, desde o início de 1941, sem sede definitiva e, ao longo de sua breve trajetória, não chegou a se consolidar como outros postos de fronteira no Brasil.

Desde 1930, a intervenção do SPI entre os povos indígenas do Oiapoque era exercida por Eurico Fernandes, que atuava na Ajudância, dando suporte para a implementação das práticas de proteção tutelar nos Postos. Eurico era responsável por coordenar as ações locais e prestar esclarecimentos à IR2, que por sua vez prestava explicações à diretoria do SPI, assim, permaneceu provavelmente até 1944 ou 1945 residindo em Oiapoque quando foi transferido para Belém para atuar diretamente na sede da IR2.

No segundo semestre de 1942, foi criado o Posto Indígena Uaçá, na confluência do rio Curipi com o rio Uaçá, um local intermediário capaz de atender aos três povos: Galibi, Palikur e Karipuna. A estrutura inicial no Encruzo era modesta, “uma casa de emergência, de juçára e coberta de palha, sem dispêndio para o Serviço, em local inapropriado, porém o único que satisfaz essa assistência [...]”¹¹. Com o passar dos anos, esse posto construiu uma estrutura capaz de atrair e envolver as comunidades, sendo instalada uma serraria, uma olaria, um depósito, um porto de embarque e desembarque, entre outros. As escolas reeditadas pelo órgão indigenista na década de 1940 atendiam ao povo do rio Curipi na Aldeia Espírito Santo que, a partir de 1948, passou a atuar na Aldeia Santa Izabel, enquanto o povo do rio Uaçá era atendido por uma escola na Vila Santa Maria dos Galiby,

¹⁰ Carta 04/11/1941, Microfilme 0096, documento 01311, Museu do Índio/MI/FUNAI, Rio de Janeiro.

¹¹ Relatório do Posto Indígena Uaçá, realizado pelo agente do PIN, Raymundo F. de P. Ramos, 10 de janeiro de 1945, Microfilme 0096, documento 02020, Museu do Índio/MI/FUNAI, Rio de Janeiro.

Uma questão emergente nos documentos do SPI se refere à dificuldade do PI Luiz Horta em concorrer com a assistência prestada pelos franceses. Por sinal, este sequer conseguiu se consolidar no decorrer de quase duas décadas de existência, assim, no ano de 1957, o diretor do SPI, Coronel Luiz Guedes, solicitou intervenção do Exército para promover a “recuperação” do Posto por meio de policiamento e assistência. O Comandante Militar da Amazônia e 8ª Região Militar, José Manuel Ferreira Coelho, responde, no início do ano de 1958, afirmando que o comandante do 1º e 3º Batalhão já havia oferecido auxílio, que, contudo, “não foi prestado com maior eficiência em virtude do sacrifício que ocasionava aos motores de popa utilizados nas ligações com o referido Posto”. No mesmo documento, informa que, caso seja “efetivada a reorganização daquele Posto em Clevelândia e este venha a produzir, estará a 1/3º Btl Front em condições de policiá-lo e assisti-lo convenientemente”.¹² É interessante perceber e considerar que, diferentemente do papel assumido pelo Exército brasileiro em outras regiões de fronteira do Brasil, como na Amazônia ocidental, na região de Oiapoque, os documentos históricos evidenciam certo descompasso e distanciamento entre a relação SPI/povos indígenas e Exército, situação no mínimo estranha.

No decorrer da década de 1950, as queixas dos chefes do PI Luiz Horta são recorrentes, o Posto sofria desde a década anterior com epidemias cíclicas de gripe e malária, assim, em 1952 o encarregado Emiliano Ribeiro Serrão informa a Ajudância de Oiapoque e a IR2 que, “Os índios deste Posto, passaram para o lado francês, devido à grande atração por parte do governo de ‘Caena’, Guiana Francesa, onde estão recebendo grande quantidade de material, assistência médica e gêneros alimentícios”¹³. Os diversos agentes explicam em seus balanços mensais das ações do posto que os “índios” não passam para o lado brasileiro “porque daqui não são ajudados como são do lado francês, motivo por que continuam do lado francês”¹⁴.

Mas o embaraço para a continuidade do PI Luiz Horta não estava assentado apenas no desejo dos “índios” em fixarem-se no lado brasileiro, em carta manuscrita ao chefe da IR2, Exedito Coelho Arnaud, o chefe do Posto Luiz Horta

¹² Microfilme 0132, documento 00605 e 00606, 14 de setembro de 1957 e janeiro de 1958, Museu do Índio/MI/FUNAI, Rio de Janeiro.

¹³ Microfilme 0117, data de 31 de janeiro de 1952, Museu do Índio/MI/FUNAI, Rio de Janeiro.

¹⁴ Microfilme 0117, documento 00119, de 31 de março de 1952, Museu do Índio/MI/FUNAI, Rio de Janeiro.

se queixa sobre o alto custo de viver no posto em virtude do pequeno ordenado e solicita sua transferência para o posto Uaçá. Assim, explica que:

[...] e sobre minha situação, eu não quero ficar no Posto Luiz Horta, é por eu ter o meu ordenado muito pouco, e não dá para viver lá em cima; prefiro que me deixe ficar aqui no Uaçá, aqui no Uaçá eu tenho facilidades com esse ordenado, porque aqui a noite eu posso mariscar, pegar o peixe, para não comprar no dia seguinte; a farinha aqui é mais barata, enfim, tudo aqui é melhor para viver com esse ordenado; ao passo que, no alto Oiapoque, eu tenho que comprar uma kilo de carne, custa-me o valor de uma grama de ouro, que representa 35,00, um kilo de peixe a mesma coisa, veja que fazendo as contas, comprando um kilo por dia, ? a mais de mil cruzeiros, ? não posso viver somente com isso, tenho que comprar roupa para mim, para minha família, e medicamentos, caso possa deixar-me ficar aqui, agradeço-lhe bastante, e peço-lhe desculpas por ter lhe roubado seu precioso tempo, para atender que nestas mal escritas linhas.¹⁵

A “permanência” dos encarregados do Posto parece ser outro elemento que dificultou a continuidade da proteção tutelar no alto curso do rio Oiapoque. Essa região historicamente tem a ação em suas florestas de garimpos em ambos os lados da fronteira. Oiapoque consiste numa região que, em boa parte do ano, se mantinha isolada das outras regiões brasileiras em virtude das chuvas, sendo que os únicos meios de locomoção e acesso são o transporte fluvial, marítimo e o aéreo. A dificuldade logística de alcançar o alto curso do rio Oiapoque, que, em períodos de chuvas intensas, muitas vezes, impede a passagem ao Posto, indica certa “vocação” regional para atrair aventureiros em busca do “eldorado”, por outro lado, o alto custo econômico para viver no Luiz Horta não atraiu muitos agentes idealistas do SPI. O agente informa inclusive que, quando não podia pescar e necessitava de “comprar” carne, o valor de um quilo (1Kg) chegava a se comparar a um grama (1g) de ouro. De forma simplista e sem considerar a economia da época, seria a mesma coisa que um quilo (1Kg) de carne custar mais de cem reais (R\$100,00).

Para o final de década de 1950 quase não se encontram informações sobre o Luiz Horta. É possível que o posto tenha encerrado suas atividades no início da década de 1960, pois vinha sofrendo há anos com o descrédito e a desconfiança dos indígenas. Periodicamente haviam surtos de gripe e malária, afastando a

¹⁵ Microfilme 0149, documento 00441, de 05 de outubro de 1953, Museu do Índio/MI/FUNAI, Rio de Janeiro.

presença dos povos nativos, enquanto que a “atração” dos franceses foi mais efetiva ao ponto inclusive de não termos mais, em terras brasileiras, a presença do povo Emerenhon ou Teko.

Praticamente em frente ao PI Luiz Horta, na outra margem do rio Oiapoque, no lugar chamado Camopi, os franceses atraíam e atendiam aos nativos com alimentos e medicamentos, enquanto que o posto brasileiro sequer conseguia ter agentes do SPI para promover alguma assistência. Numa região de difícil acesso na Amazônia setentrional brasileira, onde o indigenismo não encontrava forças humanas e espirituais capazes de superar o isolamento geográfico e as adversidades naturais, parece-nos coerente crer que a possibilidade de sucesso da “proteção tutelar” dependesse mais do acaso do destino do que do idealismo fraternal.

Por outro lado, a intervenção do SPI no baixo rio Oiapoque alcançou êxito com o Posto Uaçá, que permaneceu ativo na região até o tempo da FUNAI e mostrou-se mais efetivo na assistência, seja pela facilidade de acesso se comparado ao Luiz Horta, seja pela proximidade com a vila de Martinica, lugar que veio a acolher a cidade de Oiapoque. O Encruzo, onde se situava o Posto Uaçá, é percurso fluvial de melhor controle e acesso tanto para os indígenas quanto para os agentes do SPI. As águas do rio Uaçá deságuam na embocadura do rio Oiapoque, que por sua vez confluem para o Oceano Atlântico, configurando-se regionalmente como o ponto de referência de chegada e partida das embarcações provenientes de Belém. Apesar de o fluxo portuário brasileiro não ser tão ativo como o francês nessa região, a viagem de barco representava o único meio de transporte e circulação efetivo de pessoas ao Oiapoque até a abertura de uma estrada, na década de 1950, que ligasse por terra a região norte do Amapá ao eixo da capital Macapá.

O Posto Uaçá recebeu contingente significativo de agentes intervenientes da agência indigenista que, conforme abordado anteriormente, chegaram a se envolver íntima e emocionalmente com indígenas regionais. O SPI consiste num órgão condizente com seu tempo histórico, implementou uma educação escolar repleta de práticas nacionalistas silenciadoras, implantou uma serraria, olaria e enfermaria ao mesmo tempo em que incentivou a introdução da racionalidade produtiva agrícola e pecuária. As ações tutelares paulatinamente procuravam promover autossustentabilidade e certa autonomia que permitisse que o “índio” se

“transformasse num índio melhor”, desde que esse “melhor” fosse conveniente aos olhos dos colonizadores.

5 REVISITANDO A HISTÓRIA INDÍGENA REGIONAL: CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os historiadores estão acostumados a escrever sobre os outros e sobre sociedades distantes, tanto no tempo, quanto no espaço. A historiografia comumente registra a “história do outro” e nunca a “história do eu”. Faz parte do fazer historiográfico o “distanciamento” do “objeto” de pesquisa – preferimos, ideologicamente, pensar em “sujeito” de pesquisa – e a postura de “neutralidade” frente à análise crítica da história. Talvez seja por isso que pouco discutimos em nossos espaços de historiador(a) a história do tempo presente. Mas que história se pretende escrever quando as historiadoras ou os historiadores estão envolvidos por laços invisíveis de pertencimento?! As fontes escritas são tão direcionadas e limitadas quanto o olhar de quem as escreveu, da mesma forma que as fontes orais são tão próprias e íntimas de quem fala quanto o sentimento e o posicionamento do narrador. Que duelo historiográfico! Colocamo-nos entre o escrito e o verbalizado, entre a eternidade do papel e o silêncio intencional ou não do narrador.

Até recentemente, a escrita da história originava-se de mãos sobretudo colonizadoras, do pensamento colonizado e, em poucos exemplos, da sensibilidade e enfrentamento epistêmico de certos escritores(as) e historiadores(as). Hoje, buscamos contribuir para a emergência de uma outra história indígena, que não passa necessariamente pelos pressupostos teórico-metodológicos conjecturados por John Monteiro – que previa uma história revisitada e revisionista, importante por sinal –, mas vislumbramos uma história que insurja da combinação das narrativas orais e documentais, que irrompa das entranhas das memórias, que se materialize em palavras, muitas vezes revoltadas e inconformadas, que surtem da dor e do sofrimento dos antepassados.

As discussões aqui apresentadas não devem ser compreendidas como parte do discurso de vitimização e pessimista, outrossim, procuram promover uma problematização ampla, dialógica e dialética sobre a atuação da proteção tutelar entre os povos indígenas de Oiapoque. Por certo, não se encerram nas breves análises deste artigo e necessitam que continuemos a desenvolver estudos “sobre” e “com” os povos indígenas da região. Na história, sabemos que os documentos,

muitas vezes, “falam” ou “gritam”, mas, nas pesquisas com povos indígenas, temos clareza de que, quando adequadamente abordados e envolvidos por aquilo que Pierre Bourdieu atentamente nominou de laços de confiabilidade, as narrativas ameríndias (ir)rompem o silêncio e são capazes de revelar histórias e memórias que nenhum documento escrito consegue transpor.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Eneida. *Escola indígena, uma frente ideológica?* 1981. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social)- Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 1981.

CAPIBERIBE, Artionka. *Batismo de fogo. Os Palikur e o Cristianismo*. São Paulo: FAPESP/NUTI/ANNABLUME, 2007.

CAPIBERIBE, Artionka. Os Palikur e o cristianismo. A construção de uma religiosidade. In: WRIGHT, Robin M. *Transformando os deuses. Igrejas evangélicas, pentecostais e neopentecostais entre os povos indígenas do Brasil*. São Paulo: Unicamp, 2004.

FREIRE, Carlos A. da R. (Org.). *Memória do SPI. Textos, imagens e documentos sobre o Serviço de Proteção aos Índios (1910-1967)*. Rio de Janeiro: Museu do Índio/FUNAI, 2011.

GAGLIARDI, José Mauro. *O indígena e a República*. São Paulo: Hucitec, 1989.

GALLOIS, Dominique T.; GRUPIONI, Denise F. *Povos indígenas no Amapá e Norte do Pará. Quem são, onde estão, quantos são, como vivem e o que pensam?* São Paulo: IEPÉ, 2003.

GALLOIS, Dominique T. (Org.). *Redes de relações nas Guianas*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas: Fapesp, 2005.

NIMUENDAJÚ, Curt. Excursões pela Amazônia. Tradução de Thekla Hartmann. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 44, n. 1, p. 189-200, 2001.

NUNES, Erika Wane. *Memórias mun uacá sobre a “proteção tutelar” entre os Galibi*. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Licenciatura Intercultural Indígena)- Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Campus Binacional Oiapoque, 2018.

RIO BRANCO, Barão do. *Questões de limites: Guiana Francesa*. Brasília: Senado Federal, 2008.

ROCHA, Leandro Mendes. *A política indigenista no Brasil: 1930-1967*. Goiânia: Ed. UFG, 2003.

ROMANI, Carlo. A história entre o oficial e o lendário: interações culturais no Oiapoque. *Revista Antíteses*, Londrina, PR, v. 3, n. 5, p. 145-69, jan./jun. 2010.

TASSINARI, Antonella I. M. *No bom da festa*. O processo de construção cultural das famílias Karipuna do Amapá. São Paulo: EDUSP, 2003.

TASSINARI, Antonella I. M. Da civilização à tradição: os projetos de escola entre os índios do Uaçá. *In*: SILVA, Aracy L.; FERREIRA, Mariana (Org.). *Antropologia, história e educação: a questão indígena e a escola*. São Paulo: Global, 2001. p. 157-95.

TASSINARI, Antonella I. M.; COHN, Clarice. Escolarização indígena entre os Karipuna e Mebengokré-Xikrin: uma abertura para o outro. *In*: TASSINARI, A. M. I.; GRANDO, B. S.; ALBUQUERQUE, M. A. S. (Org.). *Educação indígena: reflexões sobre noções nativas de infância, aprendizagem e escolarização*. Florianópolis: Ed. UFSC, 2012. p. 247-74.

VIDAL, Lux. *Povos indígenas do Baixo Oiapoque: o encontro das águas, o encruzo dos saberes e a arte de viver*. Rio de Janeiro: Museu do Índio/IEPÉ, 2009.

VIDAL, Lux. *A cobra grande: uma introdução à cosmologia dos povos indígenas do Uaçá e Baixo Oiapoque*, Amapá. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2007.

VIDAL, Lux. Mito, história e cosmologia: as diferentes versões da guerra dos Palikur contra os Galibi entre os povos indígenas da Bacia do Uaçá, Oiapoque, Amapá. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 44, n. 1, p. 117-47, 2001.

Sobre as autoras:

Carina Santos de Almeida: Professora de História no Curso de Licenciatura Intercultural Indígena, na Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Campus Binacional de Oiapoque.

E-mail: carina_almaid@yahoo.com.br

Leônia Ramos Oliveira: Graduanda no Curso de Licenciatura Intercultural Indígena da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). **E-mail:** leonia.karipuna@gmail.com

Lilia Ramos Oliveira: Graduanda no Curso de Licenciatura Intercultural Indígena da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). **E-mail:** lilia.karipuna@gmail.com

Recebido em 30 de junho de 2018

Aprovado para publicação em 1º de outubro de 2018